

Governo ameaça ir à Justiça para barrar CPI

FH afirma que a proposta de comissão para investigar a corrupção é inconstitucional

Cristiane Jungblut
e Diana Fernandes

• BRASÍLIA. O presidente Fernando Henrique Cardoso pretende ir até as últimas consequências para evitar a instalação da CPI da Corrupção. A declaração do presidente de que a CPI é inconstitucional por ter 19 assuntos a serem apurados foi, segundo assessores do Palácio do Planalto, um recado de que haverá batalhas políticas e jurídicas para impedir a CPI. Mas o porta-voz da Presidência, Georges Lamazière, disse ontem que Fernando Henrique não se opõe a propostas de CPI que estejam dentro das normas da Constituição.

Líder do governo sugere duas CPIs

Pela manhã, o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), sugeriu ao presidente a criação de duas CPIs: uma pa-

ra investigar irregularidades com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e outra para apurar as fraudes na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Virgílio acredita que seria mais fácil o governo atuar em CPIs com assuntos determinados do que numa CPI ampla. Para o governo, uma CPI da Corrupção, com investigação ampla, teria objetivos eleitorais.

Fernando Henrique também se reuniu com o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio de Oliveira (PE), para falar sobre a CPI da Corrupção.

— Um pedido de CPI, tal como foi formulado, não obedece ao que está prescrito na Constituição. A polícia e outras instâncias são mais apropriadas para esse tipo de investigação e já estão apurando. Se houver proposta de CPI dentro das normas da Constituição, o presiden-

te não se opõe — disse Georges Lamazière.

Essa declaração foi interpretada por alguns aliados como um apoio do presidente à proposta de Arthur Virgílio. Mas assessores do Planalto garantiram que a estratégia continua sendo a de barrar a CPI da Corrupção.

— O presidente não está com medo da CPI da oposição. Mas o governo federal vai lutar judicial e politicamente. E quem apostar numa CPI da Sudam vai se dar mal, porque o governo está na frente — disse um assessor do presidente.

Inocêncio afirma que carlistas não vão assinar

A orientação do Planalto é para que os líderes pressionem seus deputados a retirar as assinaturas do requerimento de CPI. Inocêncio disse ao presidente que os deputados aliados ao senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-

BA) não assinarão o requerimento. Segundo ele, os deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA) e Paulo Magalhães (PFL-BA) garantiram que não farão isso.

— A CPI não se enquadra nos dispositivos constitucionais. É um varal de denúncias. Se depender do PFL, ela não sai. E o pessoal do ACM não vai assinar — disse Inocêncio, ao deixar o Palácio da Alvorada depois de uma hora de reunião com Fernando Henrique.

— Essa CPI não é honesta porque não quer investigar nada — acrescentou Arthur Virgílio.

O líder do governo disse ao presidente que estava disposto a assinar imediatamente as CPIs da Sudam e do FAT. Segundo ele, Fernando Henrique apenas ouviu sua proposta.

— Se a oposição quer mesmo investigar irregularidades, assino imediatamente a

da Sudam — disse Arthur Virgílio.

Para alguns aliados, a avaliação é que a defesa de uma CPI do FAT tem o objetivo de intimidar a oposição. Isso porque os partidos de esquerda teriam medo da descoberta de fraudes envolvendo centrais sindicais, como a CUT.

Para oposição, governo tenta nova manobra

Já a oposição afirma que é apenas mais uma manobra diversionista do governo para barrar a CPI da Corrupção.

Além disso, alguns afirmam que a batalha jurídica poderia chegar até o Supremo Tribunal Federal. O advogado-geral da União, Gilmar Mendes, também esteve com Fernando Henrique.

— A fala do presidente foi um recado de que vai brigar com argumentos jurídicos — disse um integrante do Planalto. ■